

A. I. N° - 210585.0014/10-5
AUTUADO - FERRAMINAS FERRAMENTAS E FERRAGENS LTDA.
AUTUANTE - MARIA GRACIETH INVENÇÃO
ORIGEM - INVAZ VAREJO
INTERNET - 25.11.2010

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0341-02/10

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS NÃO ENQUADRADAS NO REGIME DE ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS. Documentos fiscais apresentados pelo autuado não elidem a acusação. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 24/05/2010, exige ICMS, no valor histórico de R\$16.550,41, acrescido da multa de 50%, decorrente de recolhimento a menos do ICMS, referente a antecipação parcial, na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de julho a dezembro de 2007.

O autuado apresentou defesa, fls. 415, argumentando que diversas notas fiscais foram devolvidas aos fornecedores por não estarem de acordo com os pedidos, acostando cópia das notas às folhas 424 a 440

Ao finalizar, requer a improcedência da autuação.

O autuante, fls. 442 e 443, ao prestar a informação fiscal, diz que as notas fiscais acostadas pela defesa não devem ser acatadas, pois estão ilegíveis, impossibilitando a identificação dos seus dados. Frisa que os números das notas fiscais foram colocados à caneta, enquanto os demais dados foram impressos, portando, não servindo para o fim que se pretende em respeito ao inciso IV do Art. 8º do RPAF/BA.

Ao finalizar, opina pela manutenção da autuação.

VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela para exigir imposto decorrente de recolhimento a menos do ICMS, referente a antecipação parcial, na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de julho a dezembro de 2007.

O regime de antecipação parcial tem sua incidência prevista em relação às aquisições interestaduais para fins de comercialização, conforme dispõe o art. 12-A da Lei 7.014/97, incluído pela Lei 8.967/03, o qual transcrevo para um melhor entendimento:

*“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, **independentemente do regime de apuração adotado**, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.*

§ 1º A antecipação parcial estabelecida neste artigo não se aplica às mercadorias, cujas operações internas

I - isenção;

II - não-incidência;

III - antecipação ou substituição tributária, que encerre a fase de tributação.

§ 2º O regulamento poderá fazer exclusões da sistemática de antecipação parcial do imposto por mercadoria ou por atividade econômica.”

§ 3º Nas operações com álcool poderá ser exigida a antecipação parcial do imposto, na forma que dispuser o regulamento.(grifo nosso)”

A infração encontra-se embasada nos levantamentos fiscais acostados às folhas 06 a 14 dos autos, nas cópia das notas fiscais às folhas 15 a 302 e comprovante de pagamentos e DAE's às folhas 303 a 408.

A alegação defensiva de que as notas objeto da autuação foram devolvidas, não pode ser acolhida, uma vez que as cópias acostadas pela defesa, como bem ressaltou o autuante na informação fiscal, encontram-se com os dados ilegíveis e os números das notas fiscais originais foram colocados de forma manuscrita, apesar dos referidos documentos fiscais terem sido emitidos por meio de impressão, processamento de dados. Portanto, o autuado não comprovou sua alegação de devolução das mercadorias.

Assim, entendo que a infração restou caracterizada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210585.0014/10-5**, lavrado contra **FERRAMINAS FERRAMENTAS E FERRAGENS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$16.550,41**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de novembro de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR